



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.

Deliberação n.º 842/2014

Por despacho da Vogal do Conselho de Administração deste Hospital de 13/03/2014:

Rute Bertine Pinto dos Reis, Assistente Técnica, em regime de contrato de trabalho funções públicas deste Hospital — autorizada o regime de trabalho a tempo parcial, com a duração de 20 Horas semanais ao abrigo do art.º 55.º da Lei n.º 7/2009 de 12/2, no período de 09/04/2014 até 04/12/2024.

17 de março de 2014. — A Responsável dos RH, *Lidia Regala*.
207709251

CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 4288/2014

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que cessou funções, por rescisão de mútuo acordo, nos termos da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, a Assistente Operacional Margarida Morais Sousa.

20 de março de 2014. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente Monteiro*.
207708003

Deliberação (extrato) n.º 843/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 14/02/2014:

Maria Leonor Costa Sardo — Interna do Internato Médico — área de Cirurgia Geral, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, autorizado o seu pedido de acumulação de funções públicas, nos termos do n.º 2, alínea *f*, do artigo 27.º e artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, para o 2.º semestre 2013/2014, com início em 06 de janeiro e término a 11 de julho de 2014. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707745

Deliberação (extrato) n.º 844/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 05/03/2014:

Eduardo José Aguiar Soares Castro Oliveira — Interno do Internato Médico — área de Medicina Interna, rescindido a seu pedido o contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, com efeitos a 08/03/2014, por ter iniciado funções no Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., como Assistente de Medicina Interna, no âmbito do procedimento concursal. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior do Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707883

Deliberação (extrato) n.º 845/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 05/03/2014:

Maria Arminda Malheiro Ferreira Silva — Assistente Graduada de Ortopedia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, autorizado o seu pedido de acumulação de funções privadas, nos termos do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, no Hospital Dr. Francisco Zagalo — Ovar. (Não está sujeito à fiscalização

prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707786

Deliberação (extrato) n.º 846/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 24/02/2014:

Ana Paula Coutinho Sargaço Mendes — Assistente Hospitalar de Psiquiatria, autorizado o seu pedido de acumulação de funções públicas, nos termos do n.º 2, alínea *f*, do artigo 27.º e artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, para o 2.º semestre do ano letivo de 2013/2014, com início a 06/01/2014 e término a 11/07/2014, na Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior do Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707664

Deliberação (extrato) n.º 847/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 12/02/2014:

Filipa Inês Sousa Vela Cunha — Interna do Internato Médico — área de Pediatria, rescindido a seu pedido o contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, com efeitos a 01/03/2014, por ter iniciado funções no Hospital Distrital da Figueira da Foz, como Assistente de Pediatria, no âmbito do procedimento concursal. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707923

Deliberação (extrato) n.º 848/2014

Por deliberação do Conselho de Administração, de 14/02/2014:

Carlos Manuel Martins Pinho — Assistente Graduado de Ortopedia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, autorizado o seu pedido de acumulação de funções privadas, nos termos do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, na Clíria — Hospital Privado de Aveiro, SA. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art.º 46.º, n.º 1, conjugado com o art.º 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

20 de março de 2014. — A Técnica Superior Serviço Gestão Recursos Humanos, *Aida Maria Marques Teixeira Valente Monteiro*.
207707875

CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, E. P. E.

Aviso n.º 4289/2014

Nos termos do Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde de 24/07/2013 e da deliberação do Conselho Diretivo da ARS do Centro de 31/10/2013, faz-se público, que se encontra aberto concurso comum para o preenchimento de 1 posto de trabalho para assistente graduado sénior de Oncologia Médica da carreira médica e especial médica hospitalar, com os requisitos de habilitação profissional, progressão profissional e diferenciação técnico-científica.

1 — Tipo de concurso — comum, aberto a todos os médicos detentores dos requisitos de admissão, com relação jurídica de Contrato Trabalho em Função Pública e Contrato Individual Trabalho Sem Termo.

2 — Prazo de validade — o concurso cessa com o preenchimento do lugar indicado.

3 — Prazo de candidatura — 15 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

4 — Legislação Aplicável — Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto, Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio e alterações na Portaria 355/2013 de 10 de dezembro, Decreto-Lei n.º 266-D/2012 de 31 de dezembro de 2012, Acordo Coletivo Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 2/2009 de 13 de outubro de 2009, Acordo Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim Trabalho* n.º 41 de 08 de novembro de 2009, Acordo Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim Trabalho e Emprego* n.º 48 de 29 de dezembro de 2011.

5 — Caracterização do posto de trabalho — o posto de trabalho apresentado a concurso, corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, artigo 13.º Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do ACT n.º 41 de 08/11/2009.

6 — Local de trabalho — o trabalhador desenvolverá a sua atividade profissional nas instalações que integram o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE.

7 — Requisitos de admissão — podem ser admitidos a concurso os candidatos que reúnam até ao termo do prazo da candidatura, os seguintes requisitos:

Possuir o grau de consultor e duração mínima de três anos de exercício de funções com a categoria de assistente graduado no âmbito desta especialidade, inscrição na Ordem dos Médicos bem como os demais requisitos previstos na lei.

8 — Horário de trabalho — o período normal de trabalho para a carreira médica é o estabelecido no Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto e Decreto-Lei n.º 266-D/2012 de 31 de dezembro.

9 — Remuneração — a remuneração a atribuir será de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 266-D/2012 de 31 de dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012 de 31 de dezembro.

10 — Formalizações das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento, dirigido ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, entregue diretamente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos em dias úteis no período compreendido entre as 9:00 horas e as 12:30 horas e entre as 14:00 horas e as 16:00 horas, ou remetido por correio registado com aviso de receção, para Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, Avenida Bissaya Barreto, 3000-075 Coimbra, até ao termo do prazo fixado, devendo constar do requerimento os seguintes elementos:

a) Identificação do candidato (nome, data nascimento, estado civil, número de bilhete de identidade/ cartão de cidadão, nacionalidade, morada, código postal, telefone e endereço eletrónico, caso exista.

b) Identificação do procedimento concursal, com referência ao aviso, número e data do *Diário da República* da publicação do presente aviso, solicitando admissão ao concurso.

c) Identificação da relação jurídica de emprego público ou privado, com a indicação da categoria, carreira e instituição do exercício de atividade.

d) Identificação dos documentos exigidos para admissão ao concurso.

10.1 — As candidaturas deverão ser acompanhadas seguintes elementos:

a) Documento comprovativo do grau de consultor na área profissional a que respeita o concurso.

b) Documento comprovativo do vínculo e antiguidade como exercício da categoria de assistente graduado.

c) Documento de Inscrição na Ordem dos Médicos.

d) Cinco exemplares do *curriculum vitae*, datados e assinados.

e) Cinco exemplares de um plano de gestão clínica de um serviço ou unidade para discussão na prova prática.

f) Declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa e que o candidato se encontra relativamente a cada um dos requisitos exigidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas e nos artigos 15.º do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto e do Decreto-Lei n.º 176/2009 de 04 de agosto.

10.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal e constituem infração disciplinar.

10.3 — O júri poderá solicitar aos candidatos, sempre que exista dúvida, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

11 — Métodos de seleção — os métodos de seleção a aplicar são a avaliação e discussão curricular (n.º 1 e 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio e n.º 1 e 2 da cláusula 22 do ACT, Boletim

de trabalho n.º 48 de 29 de dezembro de 2011) e prova prática (n.º 1 e 2 do artigo 21.º da Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio, alterado pela Portaria 355/2013 de 10 de dezembro e cláusula 21, 22 e o n.º 1 e 2 da cláusula 23 do ACT, Boletim de trabalho n.º 48 de 29 de dezembro de 2011).

12 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos critérios de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

13 — Os resultados da avaliação e discussão curricular, são estruturados numa escala de 0 a 20 valores, apenas podendo ser contratados os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores.

14 — Em situação de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos na portaria n.º 207/2011 de 24 de maio e no ACT, Boletim de trabalho n.º 48 de 29 de dezembro de 2011.

15 — A lista unitária de ordenação final após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no placard do Serviço de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página eletrónica.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Composição e identificação do júri —

Presidente:

Dr.ª Maria Margarida Cunha Damasceno, Assistente Graduada Sênior Oncologia Médica, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE
Vogais Efetivos:

Dr.ª Maria Deolinda Paulino Pereira Sousa Pereira, Assistente Graduada Sênior Oncologia Médica, I. P.O. Porto

Dr.ª Maria Helena Amaral Santos Gervásio, Assistente Graduada Sênior Oncologia Médica, I. P.O. Coimbra

Dr.ª Maria Regina Neves Silva Guimarães Leitão Silva, Assistente Graduada Sênior Oncologia Médica, I. P.O. Coimbra

Dr.ª Irene Anjos Furtado Silva, Assistente Graduada Sênior Oncologia Médica, Centro Hospitalar do Algarve

Vogais suplentes:

Prof. Doutor Luís António Marques Costa, Assistente Graduado Sênior Oncologia Médica, Centro Hospitalar Lisboa Norte

Dr. Jorge Manuel Coelho Espírito Santo, Assistente Graduado Sênior Oncologia Médica, Centro Hospitalar Barreiro

18 — O Presidente do Júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos legais pelo 1.º Vogal efetivo.

24 de março de 2014. — O Diretor do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Dr. Carlos Luís Neves Gante Ribeiro*.

207712264

Aviso n.º 4290/2014

Nos termos do Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde de 24/07/2013 e da deliberação do Conselho Diretivo da ARS do Centro de 31/10/2013, faz-se público, que se encontra aberto concurso comum para o preenchimento de 1 posto de trabalho para assistente graduado sênior de Cardiologia Pediátrica da carreira médica e especial médica hospitalar, com os requisitos de habilitação profissional, progressão profissional e diferenciação técnico-científica.

1 — Tipo de concurso — comum, aberto a todos os médicos detentores dos requisitos de admissão, com relação jurídica de Contrato Trabalho em Função Pública e Contrato Individual Trabalho Sem Termo.

2 — Prazo de validade — o concurso cessa com o preenchimento do lugar indicado.

3 — Prazo de candidatura — 15 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

4 — Legislação Aplicável — Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto, Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio e alterações na Portaria 355/2013 de 10 de dezembro, Decreto-Lei n.º 266-D/2012 de 31 de dezembro de 2012, Acordo Coletivo Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 2/2009 de 13 de outubro de 2009, Acordo Coletivo de Trabalho publicado no